



DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

29 de abril a 3 de maio de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A deputada **Any Ortiz** (CID/RS) apresentou o [requerimento](#), para a **inclusão** do representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (**Federação Assespro**), em aditamento ao [REQ nº 22/2024](#), que solicita realização de audiência pública com o intuito de debater o [PL 493/2024](#) (nova sistemática da desoneração da folha). Segundo a deputada, a Assespro pode fornecer *insights* sobre como a proposta afetará as empresas de tecnologia da informação, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o crescimento do setor. Além disso, destacou que a entidade pode discutir como as mudanças afetarão a capacidade das empresas brasileiras de competir internacionalmente, bem como os desafios enfrentados pelo setor. Aguarda-se, na comissão, a inclusão da matéria na pauta da reunião deliberativa.

Segurança Cibernética

- **MCTI e Embrapii anunciam Centro de Competência em Segurança Cibernética.** O Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), localizado em Pernambuco, foi selecionado como o Centro de Competência em Segurança Cibernética pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), recebendo um investimento de **R\$ 60 milhões** ao longo de 42 meses. O anúncio foi feito com a presença da ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) e autoridades de Pernambuco, destacando a importância da cibersegurança na proteção de sistemas críticos e serviços digitais do governo. A iniciativa é parte de um modelo inédito no país que visa gerar conhecimento, capacitar recursos humanos e fomentar a inovação em tecnologia. O CESAR se junta a outras 8 unidades em áreas estratégicas, como Tecnologia 5G/6G, Imersão Virtual e Mobilidade Elétrica, com investimento total de R\$ 495 milhões, combinando ações de ampliação de competência científica, formação de recursos humanos e estímulo à indústria nacional de cibersegurança. Com informações de: [TI Inside](#)

Inteligência Artificial

- **Governo promete plano nacional de IA até junho.** O Governo realiza força-tarefa para apresentar plano nacional de inteligência artificial até junho. A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) detalhou estratégia que busca metas e previsões orçamentárias para adotar soluções soberanas. Especialistas discutem riscos e oportunidades de IA, reconhecendo a capacidade do Brasil de se posicionar de forma adequada. As Propostas de regulação da inteligência artificial e das redes sociais devem ser retomadas em breve, visando a maturidade dessa discussão. O tema será abordado na próxima cúpula do G20, que será realizada no Brasil.
 - » Ainda, durante transmissão ao vivo realizada pelos jornais O Globo, Valor e rádio CBN, a ministra **Luciana Santos** afirmou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) está intensificando esforços para apresentar o plano nacional de inteligência artificial até junho. Segundo a ministra, a estratégia não se limitará a um diagnóstico da infraestrutura e capacidade de rede do país, incluindo metas e previsões orçamentárias para soluções soberanas de inteligência artificial. Santos ressaltou a importância de o Brasil se tornar um produtor, não apenas consumidor de soluções de IA, especialmente em áreas estratégicas como a agricultura. Ela ainda mencionou a necessidade de a IA estar em sintonia com a nova indústria brasileira e destacou a importância da corrida do MCTI para a apresentação da política nacional de IA durante a abertura da Assembleia Geral da ONU, em setembro, como anunciado pelo presidente Lula. Com informações de: [Convergência Digital](#) e [Valor Econômico](#)
- **OCDE revisa Princípios de IA com foco no combate à desinformação.** A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou uma nova versão de seus Princípios de Inteligência Artificial (IA), com foco no combate à desinformação e na governança da tecnologia. A revisão é justificada pelo avanço dos sistemas generativos, como o ChatGPT, e pela crescente preocupação com a integridade das informações. As diretrizes incluem a adoção de mecanismos de defesa robustos, a garantia de transparência dos modelos de IA e o combate à desinformação, especialmente em períodos eleitorais. A OCDE ressaltou a

importância de uma governança abrangente e interoperável, mesmo para países com sistemas de governo similares. Os Princípios de IA da OCDE não são vinculativos, mas já foram adotados por 47 países e influenciaram legislações relevantes, como a lei europeia. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Transformação Digital

- **NETmundial+10: ecossistema digital exige soluções multissetoriais.** O NETmundial+10, que ocorreu em São Paulo nesta semana, destacou a importância do debate multissetorial para lidar com os desafios do ecossistema digital atual. O evento reuniu representantes de governos, setor privado, sociedade civil, comunidade técnica e academia de todo o mundo, que concordaram que a rápida transformação digital e a disseminação de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial, apresentam tanto oportunidades quanto desafios. O [documento final](#) do encontro enfatiza a necessidade de transparência, responsabilidade e governança da Internet no interesse público, de acordo com o direito internacional e os direitos humanos. Além disso, recomenda a implementação de diretrizes operacionais para lidar com os desafios atuais e emergentes da política digital.. Com informações de: [Teletime](#)

Mídias Sociais

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CDC projeto que dispõe sobre publicidade de produtos e serviços ilícitos em sites.** O deputado **Aureo Ribeiro** (SD/RJ) [apresentou parecer](#) pela aprovação com substitutivo ao [PL 1507/2023](#) (*publicidade de produtos e serviços ilícitos em sites*) no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC). A matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após a análise pela CDC, o projeto será deliberado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário. Se aprovado, seguirá para votação pelo Senado Federal.
- **MDIC: sistema de concorrência exige revisão para lidar com plataformas.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) defenderam, durante consulta pública, a atualização da legislação brasileira para lidar com as dinâmicas específicas das plataformas digitais. Segundo o MDIC, a legislação atual apresenta lacunas no tratamento de questões como discriminação algorítmica, uso de dados pessoais e poder de mercado em plataformas digitais. Além disso, o órgão defende a importância de criar padrões regulatórios para falhas de mercado, identificar falhas nos ecossistemas e garantir tratamento isonômico entre vendedores nacionais e internacionais. A [contribuição](#) do MDIC aponta a necessidade urgente de aprimoramento do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência para lidar de forma eficaz com os desafios da economia digital, destacando a importância de uma abordagem centrada em ecossistemas. A pasta também ressalta a importância da responsabilização das plataformas para combater o comércio ilegal de produtos na Internet, visando à preservação da concorrência leal e o impacto positivo na economia brasileira. Com informações de: [Teletime](#)

➤ **Pimenta: Se Congresso demorar, TSE vai regular plataformas digitais para as eleições.** O ministro **Paulo Pimenta** (Secretaria de Comunicação Social) destacou durante evento do G20 em São Paulo que a regulação das plataformas digitais é um tema fundamental que requer atenção urgente do Congresso Nacional. Segundo o ministro, se o parlamento não agir com rapidez, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá que determinar as diretrizes para as campanhas eleitorais online, por falta de uma legislação específica. Pimenta também ressaltou que o debate sobre a regulação das plataformas digitais depende da ativação do grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), para o governo opinar. Essa preocupação com a regulação de plataformas digitais também foi compartilhada pela subsecretária para Comunicações Globais da ONU, **Melissa Fleming**, durante o evento do G20, onde foi destacada a importância de garantir a liberdade de expressão, enquanto se protege outros direitos fundamentais dos cidadãos.

» Além disso, a questão da desinformação e do uso nocivo da Inteligência Artificial para manipular eleições foi abordada, gerando uma preocupação global. A Unesco também criou um manual de boas práticas para orientar o funcionamento de plataformas digitais, com foco em promover a diversidade e coibir a discriminação. O Brasil pretende deixar seu legado sobre o assunto ao colocar a integridade da informação sobre as mudanças climáticas em destaque no G20, onde lançou uma iniciativa global para a integridade da informação, em parceria com a ONU e a Unesco.

Com informações de: [Tele.Síntese](#)

➤ **Agências de fomento querem formar profissionais para combater desinformação e o discurso do ódio.** Agências de fomento e pesquisa do Brasil, incluindo Capes, CNPq, Finep, Ibict e Ipea, firmaram parceria para combater a disseminação de desinformação, teorias da conspiração e discurso de ódio. O protocolo de intenções foi assinado durante o evento Integridade da Informação e Confiança no Ambiente Digital, realizado em São Paulo. As instituições vão trabalhar em projetos para garantir o acesso a dados provenientes de plataformas digitais, desenvolver parâmetros éticos para o uso de dados digitais e promover a educação midiática. Além disso, está prevista a criação de uma rede de pesquisa científica sobre integridade informacional e combate à desinformação, e a implementação de uma política de suporte a iniciativas que promovam a transferência de conhecimento entre setores público e acadêmico. A parceria também visa engajar a sociedade brasileira na luta contra a desinformação e o discurso de ódio, visando à ação tempestiva pela integridade informacional.

Com informações de: [Convergência Digital](#)

Economia & Tributário

➤ **Receita Federal esclarece decisão do ministro Cristiano Zanin sobre a desoneração da folha de pagamento de municípios e setores produtivos.** A suspensão da desoneração da folha de pagamento foi decidida pelo ministro **Cristiano Zanin**, do STF, por meio de uma decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633. Os dispositivos legais da Lei nº 14.784/2023 que prorrogavam a desoneração foram suspensos e a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi revogada, fazendo com que todas as empresas antes beneficiadas passem a recolher as contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamentos nos termos do art. 22 da Lei nº 8.212/1991. Além disso, a alíquota de contribuição

sobre a folha de pagamentos dos municípios contemplados anteriormente pela redução para 8% volta a ser de 20%. A decisão, publicada em 26 de abril de 2024 no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), entrará em vigor imediatamente, incluindo as contribuições devidas relativas à competência abril de 2024, com **prazo de recolhimento até o dia 20 de maio de 2024**. Com informações de: [ASCOM RFB](#)

- **Senado apresenta recurso contra decisão do STF que suspende desoneração.** O Senado Federal entrará com um recurso de agravo contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu partes da Lei nº 14.784/2023, que prorrogou a desoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras até 2027. Este anúncio foi feito pelo presidente da Casa, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), em resposta à decisão do governo federal de judicializar o tema. Segundo Pacheco, a lei baseou-se em estimativas claras de impacto financeiro e orçamentário e representa a prorrogação de um benefício existente desde 2011. O governo questiona, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7633, a validade dos dispositivos da lei, alegando que não observaram as diretrizes constitucionais quanto ao impacto fiscal. Tanto o presidente quanto o autor do projeto que originou a lei, o senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB), argumentam que o tema foi amplamente debatido no Congresso e afirmam que a decisão do Supremo prejudica setores que empregam significativamente no país. Além disso, o presidente do Senado ressaltou o aumento na arrecadação possibilitado pelo Congresso em 2023 e a necessidade de ampla discussão sobre gastos públicos e arrecadação. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Representantes do setor de serviços e da indústria de máquinas defendem no STF desoneração da folha de pagamentos.** Entidades empresariais vão ao STF defender desoneração da folha de 17 setores intensivos em mão de obra. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo governo levou à liminar suspendendo a prorrogação do benefício, o que tem gerado crise com o Congresso. Empresas afetadas devem recolher tributos no modelo anterior a partir de maio. Medida tem sido criticada por criar insegurança jurídica e impactar orçamentos das empresas. A Confederação Nacional de Serviços (CNS) e a Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) pedem para participar do processo como interessadas. Entidades e advogados contestam tese de inconstitucionalidade e defendem constitucionalidade da desoneração. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Lira quer dividir relatoria do projeto de regulamentação da reforma tributária.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), propõe a divisão do debate sobre a regulamentação da reforma tributária, criando subrelatorias semelhantes às já existentes na Comissão Mista do Orçamento (CMO). A ideia é que vários parlamentares sejam responsáveis por analisar e negociar com os setores da proposta de reforma, o que tem causado divergências entre os deputados. Enquanto aliados defendem que isso aprofundará a discussão e dará agilidade, governistas temem que atrasará a votação e favorecerá o *lobby* por benefícios. A decisão final sobre a proposta de subrelatorias deve ser tomada na próxima semana, durante uma reunião com os líderes partidários. Lira consultou líderes próximos e sinalizou que o modelo deve ser aprovado na reunião. A escalação de vários parlamentares para a missão reflete a necessidade de Lira em contemplar vários grupos, já de olho na disputa pela sua sucessão. Enquanto aliados negam essa associação e afirmam que Lira aposta na conclusão da reforma

como um de seus legados, críticos temem que o modelo cause atrasos na tramitação e favoreça os *lobbies*. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CCJC projeto que dispõe sobre normas gerais sobre o processo administrativo fiscal.** O deputado **José Medeiros (PL/MT)** apresentou novo [parecer](#) pela aprovação do [PLP 381/2014](#) (*normas gerais sobre o processo administrativo fiscal*), na forma do [substitutivo](#) aprovado anteriormente na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). a matéria se encontra [pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão](#). Após a apreciação pela CCJC, a matéria seguirá para análise do Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada com alterações de mérito, retorna para apreciação do Senado, do contrário será remetida à sanção presidencial.
- **Autorregularização: RFB prorroga prazo para apresentação de requerimento de adesão.** Por meio da [Instrução Normativa nº 2.190/2024](#), a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) alterou [Instrução Normativa](#) que dispõe sobre [autorregularização incentivada de débitos tributários](#) de que trata o art. 14 da [Lei nº 14.789/2023](#), para **prorrogar**, para 31 de maio de 2024, o prazo para [apresentação de requerimento de adesão à autorregularização](#). A prorrogação **não** impede a instauração e conclusão de procedimento fiscal, com o correspondente lançamento, salvo na hipótese de o contribuinte ter apresentado o requerimento de adesão à autorregularização.

Ambiental

- **Taxonomia Sustentável Brasileira: Resolução conjunta cria grupos técnicos setoriais e temáticos.** Por meio da [Resolução Conjunta nº 3/2024](#), publicada pelo Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB) e pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), ficam [instituídos grupos técnicos setoriais e temáticos](#) com, entre outras, as seguintes **competências** previstas: **(I)** definir critérios e limites de impacto ambiental e climático para atividades, ativos e projetos; **(II)** desenvolver índices correspondentes aos objetivos sociais; e **(III)** instituir sistema de relato, monitoramento e verificação dos fluxos de investimentos alinhados aos objetivos da Taxonomia Sustentável Brasileira. Os grupos técnicos serão **compostos** por 1 titular e 1 suplente dos ministérios integrantes do CITSB que manifestarem interesse de participação. Caberá ao grupo técnico elaborar o plano de trabalho, a ser definido na reunião de abertura e aprovado posteriormente pelo comitê supervisor, em [até 45 dias](#).
- **Taxonomia Sustentável Brasileira: Comitê Interinstitucional convida instituições para participação de reuniões.** Nesta semana, a presidência do Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), vinculado à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) publicou a [Portaria nº 1/2024](#), por meio da qual [convida](#), dentre outros, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (**SEBRAE**), a Caixa Econômica Federal (**CEF**) e a Empresa de Pesquisa Energética (**EPE**), para [participarem das reuniões do colegiado](#), considerando, respectivamente, **(I)** seu papel destacado na capacitação

dos negócios de menor porte, sendo instituição fundamental para garantir o princípio da proporcionalidade da Taxonomia Sustentável Brasileira; (II) considerando a participação relevante no mercado de crédito e sua capilaridade em todo território nacional, tornando-se um ator relevante na avaliação de projetos de forma descentralizada; e (III) considerando seu papel estratégico na formulação de uma trajetória para transição energética de vários dos setores abarcados pela Taxonomia Sustentável Brasileira.

- **Começaram as inscrições para seleção de entidades para o Comitê de Taxonomia Sustentável.** Estão abertas a partir desta sexta-feira (3) as inscrições para representantes de entidades da sociedade civil que desejam fazer parte do Comitê Consultivo de Governança da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB). O processo de seleção será feito através de uma seleção pública para preenchimento de 18 vagas de membros titulares e suplentes. Todo o detalhamento sobre os pré-requisitos, documentação necessária e cronograma está disponível no edital aprovado na última sexta-feira (26), na primeira reunião do CITSB, com a participação de representantes de mais de 20 ministérios e entidades. A inscrição deverá ser feita através do preenchimento de formulário eletrônico na Plataforma Participe + Brasil, e todas as informações adicionais podem ser encontradas na página da Taxonomia Sustentável Brasileira no portal do Ministério da Fazenda. Com informações de: [ASCOM MF](#)
- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CMA projeto que dispõe sobre Selo Nacional ASG.** O senador **Otto Alencar** (PSD/BA) apresentou novo parecer favorável ao PL 4363/2021 (*Selo Nacional ASG*) no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA). A matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CMA, o projeto passará pela votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a ela decisão terminativa sobre a matéria. Se aprovado por esta última Comissão, o projeto seguirá para deliberação pela Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.

Trabalhista

- **Marinho: Empresa que não divulgar relatório de igualdade salarial receberá fiscalização.** O ministro **Luiz Marinho** (Trabalho e Emprego), anunciou que as empresas que não divulgaram o relatório de transparência salarial, conforme prevê a regulamentação da Lei de Igualdade Salarial, serão fiscalizadas por auditores do trabalho. A declaração foi feita durante coletiva para comentar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de março, onde Marinho ressaltou que as empresas ainda podem voltar atrás da decisão e divulgar as informações. O receio das empresas em expor informações sensíveis à concorrência e de violação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP) tem levado alguns setores da economia a recorrerem ao Judiciário contra a obrigação. Empresas em que forem constatadas diferenças salariais terão 90 dias para elaborar um Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios para reduzir as diferenças. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Apresentado parecer de projeto que altera regra sobre contratação de vítimas de violência doméstica e ex-presidiários em licitações públicas.** O deputado **Sergento**

Portugal (PODE/RJ) apresentou [parecer](#) favorável, com substitutivo, ao [PL 120/2022](#) (*altera regra sobre contratação em licitações públicas*) e do [PL 371/2023](#) e pela rejeição do [PL 1807/2023](#), apensados, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD). Ainda, foi aberto prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – *o qual deve se estender até 14 de maio*. Após análise da CPD, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER); de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

Internacional

- **O que prevê cooperação em comunicações entre Brasil e Colômbia.** O Brasil e a Colômbia estendem programa Norte Conectado até Leticia por meio de [acordo de cooperação em comunicações](#) assinado entre os ministros das Comunicações dos dois países. O projeto inclui a [implantação de infovias de fibra óptica, como a Infovia 02](#), que conectará 13 municípios da região norte do Brasil, beneficiando cerca de 4 milhões de pessoas. Além disso, a parceria prevê a [troca de experiências em diversas áreas](#), como leis e regulamentos de telecomunicações, comunicações sem fio, internet das coisas (IoT), inteligência artificial (IA), segurança cibernética, entre outros. A implementação das ações será realizada por meio de um grupo de trabalho formado pelas pastas dos dois países, com duração de cinco anos. Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Administração Pública

- **SECOM/PR cria novo GT para aprimorar utilização de Sistema na contratação de fornecedores de serviços especializados.** Por meio da [Portaria nº 17/2024](#), publicada nesta semana pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), fica [instituído novo Grupo de Trabalho \(GT\), duração de 120 dias, com o objetivo de aprimorar os dados e a utilização do Sistema de Referências de Preços \(SIREF\) na contratação de fornecedores de serviços especializados](#). O novo grupo contará com a participação de representantes da SECOM/PR. Além disso, poderá convidar especialistas no tema para contribuir com os estudos.
- **MGI dispõe sobre apuração de infrações e aplicações de sanções administrativas.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, nesta semana, a [Instrução Normativa nº 14/2024](#), que dispõe sobre o [procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas cometidas durante a fase licitatória e de execução contratual](#), previstas nos arts. 86, 87, 88 e 109 da [Lei nº 8.666/1993](#), e no art. 7º da [Lei nº 10.520/2002](#). Dentre outros, ato determina que a [licitante ou contratada que descumprir, total ou parcialmente, as regras](#) estabelecidas no instrumento convocatório ou contrato administrativo celebrado com o Ministério ficam sujeitas às seguintes **sanções**, conforme definido no instrumento convocatório ou no contrato:

- » advertência – *cabível quando a infração contratual **não** acarretar **prejuízos significativos** para a execução do objeto contratado;*
 - » multa – *admitida cumulatividade a paga por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);*
 - » suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, no **prazo não superior a 2 anos;**
 - » impedimento de licitar e contratar com a União; e
 - » declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão temporária.
- **Conselho Consultivo recebe novos integrantes e dá início à apreciação do Relatório Anual de Gestão de 2023.** Nesta terça (30), o Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) recebeu 4 novos integrantes, perfazendo um total de 12 membros. Os novos membros representam diferentes setores, incluindo usuários de serviços de telecomunicações, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Poder Executivo. A posse dos novos membros foi destacada pelo presidente da Anatel, **Carlos Baigorri**, que ressaltou a importância do órgão no auxílio às atividades e decisões da Agência. O presidente do Conselho Consultivo, **Leonardo Bortoletto**, afirmou que o colegiado é respeitado e suas opiniões são levadas em conta pela Agência.
- » As contribuições do Conselho Consultivo também são fundamentais para a validação do [Relatório Anual de Gestão da Anatel](#), que detalha os projetos e as realizações da Agência naquele ano, conforme enfatizado pelo superintendente executivo da Agência, **Abraão Balbino**, durante a apresentação do relatório para os novos membros. Este ano, o relator do Conselho Consultivo será **Fabício da Mota Alves**, e a Anatel está aberta a comentários do colegiado na edição de 2023. Os novos membros também expressaram sua disposição e entusiasmo para participar do órgão consultivo, destacando a importância de suas respectivas representações e a relevância do Conselho Consultivo nas decisões da Agência. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#), [ASCOM ANATEL](#) e [Teletime](#)

Política

- **Designado relator de projeto que veda a atuação de deputado como gerente de empresa ou administrador de sociedade privada.** O deputado **Felipe Francischini** (UNIÃO/PR) foi designado relator do [PRC 53/2011](#) (*proíbe a atuação de deputado federal como gerente de empresa ou administre sociedade privada*) e apensados, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Cumpre observar que constam entre os apensados, propostas sobre o uso de redes sociais por deputados. Aguarda-se, na comissão, a apresentação de parecer para a deliberação da matéria. Após análise pela CCJC, a matéria segue para a Mesa Diretora – *que irá se manifestar sobre o tema* – e, posteriormente, para o Plenário da Câmara dos Deputados.

- **Câmara fará esforço concentrado na próxima semana e prevê punição para quem faltar às sessões.** Na próxima semana, a Câmara dos Deputados realizará um esforço concentrado para garantir quórum alto e avançar com as votações. Após o feriado do Dia do Trabalhador, as sessões estão marcadas entre segunda e quinta-feira, e está prevista punição para parlamentares faltosos. Os líderes partidários irão se reunir para acordar os vetos presidenciais que serão apreciados na sessão do Congresso, além de definirem o rito dos projetos de regulamentação da reforma tributária. A equipe econômica também entregará a segunda parte da regulamentação durante a semana, e o secretário extraordinário da Reforma Tributária, **Bernard Appy**, prestará esclarecimentos aos deputados na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Casa. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Pacheco sai satisfeito de reunião com Lula e diz não haver mais arestas.** O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), saiu da reunião com o presidente **Lula** no Palácio da Alvorada na noite de quinta (2) sem “nenhum tipo de aresta” entre os dois, de acordo com aliados do político. Durante a conversa privada, que durou aproximadamente uma hora, Pacheco reforçou a necessidade de uma “solução rápida” para a desoneração da folha de pagamentos e para a renegociação da dívida dos Estados, e ficou “confiante” e “satisfeito” com o compromisso de Lula em priorizar essas questões. Após a reunião, Pacheco participou de um jantar com Lula e alguns ministros, incluindo os ministros **Rui Costa** (Casa Civil), **Renan Filho** (Transportes) e **Ricardo Lewandowski** (Justiça e Segurança Pública). Com informações de: [Valor Econômico](#)

Nomeações

- **Executivo encaminha indicação para ministro do TST.** Por meio da [Mensagem nº 163/2024](#), publicada nesta semana, o presidente **Lula** encaminhou, para apreciação do Senado Federal, o nome de **Antônio Fabrício de Matos Gonçalves**, para exercer o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do ministro *Emmanoel Pereira*.
- **MGI designa coordenadora de Orientação e Gestão do Uso da IA.** No âmbito da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), foi designada **Márcia Mendonça Cardador** para exercer a função de coordenadora de Orientação e Gestão do Uso da Inteligência Artificial, da Coordenação-Geral de Adoção de Inteligência Artificial da Diretoria de Infraestrutura de Dados.
- **MEC nomeia secretário de Educação Profissional e Tecnológica e diretora de Desenvolvimento de Rede Federal.** Nesta semana, foram nomeados **Marcelo Bregagnoli** e **Carla Comerlato Jardim** para exercerem, respectivamente, os cargos de secretário da Educação Profissional e Tecnológica e de diretora de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Agendas de Destaque

- São Paulo recebeu a segunda edição do evento global NETmundial+10, com foco nos desafios da governança multissetorial do mundo digital. Com 154 contribuições de 79 países, os debates pretendem reafirmar os 10 princípios de governança na Internet, abordando a soberania das nações, a autodeterminação dos povos e as assimetrias nas regras. Aconselhando para um debate em conjunto sobre o modelo multissetorial, a ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação), destacou a necessidade da construção de um ambiente digital que considere a pluralidade do mundo. Participaram do evento representantes de diversos países, discutindo a construção de um novo ambiente digital. Com informações de: [Teletime](#)

- O ministro **Juscelino Filho** (Comunicações), reiterou em entrevista ao Canal Livre, da TV Bandeirantes, a necessidade de taxar as grandes empresas de tecnologia, conhecidas como *big techs*. Segundo o ministro, as plataformas devem ter responsabilidade com a inclusão digital no Brasil, e ele está em diálogo com o Ministério da Fazenda (MF) e o Congresso para viabilizar essa taxa. Juscelino ressaltou que as empresas que faturam bilhões devem contribuir para solucionar as desigualdades do país, propondo a contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) ou a criação de um novo fundo setorial para a inclusão digital. Além disso, o ministro explicou a política de conectividade das escolas brasileiras por meio da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), que pretende conectar as 140 mil escolas no país até 2026, incluindo conectividade satelital em áreas onde as escolas estão localizadas. No entanto, ele deixou claro que a empresa de tecnologia Starlink atua no varejo e não tem relação com as ações de conectividade desenvolvidas pelo governo federal. Com informações de: [Convergência Digital](#)
 - » Ainda nesta semana, **Juscelino Filho** visitou escolas públicas na Paraíba para destacar a expansão da conectividade no projeto-piloto da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. O ministro ressaltou a importância da implementação de banda larga, internet, wi-fi aberto e equipamentos nas escolas, como forma de levar inclusão digital e social para estudantes da rede pública. A cidade de Baía da Traição, primeira a receber a iniciativa, conta com 17 escolas públicas atendidas, com 32 aldeias indígenas. O objetivo do governo é levar a conectividade para 100% das escolas do país, com investimento total de **R\$ 8,8 bilhões** e meta de alcançar 138 mil unidades até 2026. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

- Nesta terça (30), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) marcou presença em uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Mundial da Propriedade Intelectual comemorado no dia 26. A sessão proposta pelo deputado **Júlio Lopes** (PP/RJ) contou com a presença de parlamentares, autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo. Durante o evento, o presidente do INPI, **Júlio César Moreira**, destacou a celebração da criatividade humana e a capacidade de gerar novas soluções para os problemas da sociedade, ressaltando a importância de refletir sobre o papel da Propriedade Intelectual no desenvolvimento nacional.
 - » Moreira também abordou desafios a serem enfrentados, como o aumento de depósitos de patentes por brasileiros e a necessidade de rediscutir a legislação em áreas estratégicas como a biotecnologia. Além disso, a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério de

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), **Andrea Macera**, enfatizou a importância dos ativos de PI para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. No mesmo dia, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Propriedade Intelectual e Combate à Pirataria, que buscará elaborar um novo marco legal sobre o tema. Com informações de: [ASCOM INPI](#)

- » O INPI também marcou presença, nesta semana, em um evento sobre marcas coletivas, realizado em Genebra (Suíça) durante a 32ª sessão do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O coordenador da Comissão de Exame de Marcas Coletivas do INPI, **Pablo Regalado**, representou o Instituto e discutiu a questão das marcas coletivas e sustentabilidade. Com informações de: [ASCOM INPI](#)